

Recompras de ações sustentam as bolsas de Nova York C3

Disputas empresariais com chineses poderão ser resolvidas por arbitragem E1

Para Heloisa Starling, revelação sobre Geisel muda história do país A6



Valor

ECONÔMICO

Destaques

Servidor muda a própria previdência

A percepção de que uma reforma profunda da Previdência, tanto no setor privado quanto no serviço público, será inevitável em curto prazo está levando um número cada vez maior de funcionários federais e estaduais a abrir mão da aposentadoria integral prevista nos regimes próprios e aderir à previdência complementar. A4

Caixa quer indenização maior da J&F

A Caixa quer elevar em R\$ 1,25 bilhão a indenização a receber da J&F no âmbito do acordo de leniência da empresa com o Ministério Público. O pedido foi apresentado nas discussões sobre a reestruturação do acordo, inovado pelos procuradores devido às omissões dos irmãos Wesley e Wesley Batista. Outros órgãos devem fazer o mesmo. A7

Crise habitacional se agrava



O aluguel pesou mais no bolso do brasileiro e mais pessoas tiveram que dividir o mesmo teto em 2017. Dados do IBGE mostram que a situação habitacional do país piorou no ano passado, mesmo com o fim da fase mais aguda da recessão. "A crise intensificou o problema, mas ele não será resolvido com a recuperação cíclica da economia, demanda políticas sociais e uma visão de longo prazo", diz Cosmo Donato, da ICA. A14

O expediente de cinco horas

"O dia de trabalho de oito horas tem mais de um século e há algo estranho em nosso apego a ele. Um dia de cinco horas pode não ser a resposta para tudo, mas pode funcionar bem em muitos lugares e também acaba com outra bobagem no escritório: ficar enrolando até as 17h quando já se fez todo o trabalho", diz a editora do "Financial Times" Pilita Clark. B2

Ecom avança no Chile

A Ecom Energia investe em sua internacionalização com foco inicial na América do Sul. A empresa, que nasceu como comercializadora de energia, completou três anos no Chile recentemente e está construindo seu primeiro parque de geração fotovoltaica no país, em parceria com uma mineradora local. B4

Os dois mundos da construção

Os balanços das incorporadoras no 1º trimestre mostram clara divisão entre as que atuam na baixa renda e nos padrões médio/alto. Enquanto aquelas que trabalham com o programa Minha Casa, Minha Vida aumentaram os lucros, as outras apresentaram resultados piores, os até prejuízo na comparação anual. B6

Recuperação judicial

Após confirmar acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que, para preservar a empresa, manter os empregos e garantir os créditos, é permitido ao magistrado aprovar plano de recuperação judicial mesmo que este não tenha sido aprovado em assembleia de credores com todas as exigências legais. E1

Idéias

João Ricardo Costa Filho

Deterioração do emprego e recuperação lenta fizeram o brasileiro trocar o consumo por bens produzidos em casa. A10

David Kupfer

Há tempo para experimentação e seleção de estratégias de entrada no paradigma digital, mas é necessário começar já. A11

Indicadores

Bovespa	11/maio/18	62,7%	R\$ 133,9
S&P 500	11/maio/18	6,50%	US\$ 2.400
Dólar (taxa oficial)	11/maio/18	6,40%	US\$ 1,00
Dólar comercial (BIC)	11/maio/18	13,72%	US\$ 1,00
Dólar comercial (Bovespa)	11/maio/18	12,05%	US\$ 1,00
Dólar turismo (Bovespa)	11/maio/18	15,00%	US\$ 1,00
Euro comercial (BIC)	11/maio/18	4,20%	US\$ 1,00
Euro comercial (Bovespa)	11/maio/18	4,00%	US\$ 1,00
Euro turismo (Bovespa)	11/maio/18	4,20%	US\$ 1,00



Crise interrompe a queda da mortalidade infantil

Lígia Guimarães e Catherine Vieira
De São Paulo

Após mais de uma década de melhoras, indicadores de mortalidade infantil mostram redução bastante significativa no ritmo de avanço da taxa geral e retrocessos nos números de mortes em 2016, dado mais recente disponível no Ministério da Saúde. Na faixa de crianças entre um mês e quatro anos, o número de óbitos aumentou 11% no país em relação a 2015, após 13 anos de queda. Apenas Rio Grande do Sul, Sergipe, Paraíba e Distrito Federal tiveram redução nesta faixa etária. Em alguns locais, como Roraima, o número mais do que dobrou.

O número de mortes entre 1 mês de vida e um ano de idade também aumentou no país em 2016, mas menos, cerca de 2%. Como as mortes neonatais (até um mês)



continuam caindo, o número total de mortes entre zero e cinco anos não subiu, mas o ritmo de redução desacelerou. O ministério não fechou a taxa global de mortalidade de infantil ajustada do país em 2016. Os dados brutos, consolidados pelo Observatório da Criança e do adoles-

cente, mantido pela Fundação Abrace, indicam piora na taxa, para 12,7 mortos em mil nascidos vivos em 2016, enquanto em 2015 esse número era 12,4.

A recessão, somada à crise fiscal, refletida nos cortes de recursos públicos, são apontados como algumas das causas para o aumento das mortes. Segundo Fatima Marinho, do Ministério da Saúde, a taxa oficial de 2016 não foi ainda finalizada, mas ela considera relevante observar também os números absolutos, até porque houve redução no número de nascimentos em 2016, que em alguns Estados chegou a 9%.

A taxa de mortalidade infantil considera o número de mortos até um ano a cada mil nascidos vivos. Monitora-se ainda a taxa que contabiliza o número de crianças de até 5 anos mortas a cada mil nascidos vivos. Página A5

Fies encolhe e afeta empresas

Beth Koile
De São Paulo

A bonança do Fies está chegando ao fim. Apesar de o programa de financiamento estudantil ter encolhido muito nos últimos quatro anos, os grupos de ensino superior privado ainda contam

com mensalidades de 1,3 milhão de alunos que contraram o crédito entre 2013 e 2014, ápice do programa. Neste ano, no entanto, grande parte desse contingente vai se formar. Com isso, a receita proveniente do Fies para essas instituições vai ficar ainda menor. No acumulado de 2011 a 2016, o governo desembol-

sou R\$ 62 bilhões para arcar com os 2,4 milhões de créditos estudantis vigentes.

Na maior instituição privada de ensino do país, a Kroton, a expectativa é que daqui a dois anos apenas 5% dos alunos da graduação presencial tenham Fies. Hoje, esse percentual, que já foi de 61% em 2014, é de 28,7%. Página B8

Com boom de investimentos, China traz nova gestão

João Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Você já tem um colega de trabalho chinês? Se não, é possível que isso mude em breve. No ano passado, a China investiu US\$ 20,9 bilhões no Brasil, maior valor já registrado desde 2010, de acordo com o Ministério do Planejamento. Foi o segundo país que mais adquiriu companhias brasileiras em 2017 em volume de investimentos, com R\$ 12,2 bilhões, e o terceiro em número de empresas, com 12 transações, segundo dados do relatório anual Transactional Track Record.

Empresas brasileiras que ganharam sócios ou controladores chineses nos últimos anos já viram mudanças na administração e na gestão de pessoal. Os relatos mais comuns citam reuniões mais curtas e produtivas, planejamento de longo prazo e novidades no recrutamento e capacitação de executivos. Atlas de mandarim são onidas nas salas das diretorias e currículos que indicam conhecimento do idioma saem na frente nas seleções. Os funcionários orientais continuam sendo minoria, mas chegam para ocupar posições-chave, como Si Qi, de 27 anos, que veio trabalhar na CTF Brasil, subsidiária da China Three Gorges Corporation, justamente para cuidar de assuntos relativos aos expatriados. Página B2



Si Qi, da área de mobilidade global, e a diretora da CTF Brasil, Geisa Angeli: chefia dupla no RH

Indústria de drones avança com pequenas empresas

João Rosa
De São Paulo

Ulf Bogedawa, um alemão radicado no Brasil, e seus sócios na SkyDrones, de Porto Alegre, conceberam um drone assistido. O equipamento carrega uma boia de 200 gramas que é atirada assim que a câmera encontra alguém se afogando.

A SkyDrones já embarcou 22 aparelhos para a Alemanha, dois para os

EUA e um para o Caribe. A Disney quer usá-los nos navios da companhia.

O exemplo da SkyDrones mostra o avanço recente dos veículos aéreos não tripulados. O mercado de drones movimentou R\$ 300 milhões no Brasil em 2017, com projeção de crescer 30% neste ano. É um segmento muito pulverizado. A maioria das empresas é pequena, com cinco a seis pessoas, e recente, com dois ou três anos. Página B7

Nathália Larghi
De São Paulo

Os turistas que irão à Rússia para a Copa do Mundo devem evitar o uso de dinheiro em espécie. Ao trocar dólares ou euros por rublos, as casas de câmbio russas cobram taxa de até 30%. A assistência do IOF, que tributa em 6,38% as compras internacionais feitas no cartão de crédito, leva turistas a optar pelo uso do di-

Senado, cheio de suplentes, perde força

Vandson Lima
De Brasília

Seis senadores. É o número de parlamentares que deverão restar no Salão Azul não diretamente envolvidos com as eleições em outubro. Dos 81 senadores da Casa, além dos 54 que precisam buscar a reeleição, nada menos que 19 dos 27 que têm mandato até 2023 deverão concorrer 17 ao governo de seus Estados e dois à Presidência da República. Outros dois vão coordenar campanhas.

Com tantos candidatos a governador e como alguns senadores normalmente são chamados a compor o ministério, o Senado, que já tem perdido protagonismo em relação à Câmara dos Deputados, pode iniciar a próxima legislatura, em 2019, com quase duas dezenas de suplentes. Ou seja, uma a cada 4 cadeiras seria ocupada por alguém que não foi votado. Entre as grandes democracias, só no Brasil os suplentes são escolhidos pelos próprios titulares ou seus partidos, o que torna o Senado um trampolim para outros cargos. Página A8

TST reconhece vínculo em telemarketing

Joice Bacelo
De São Paulo

Em decisões recentes, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o vínculo de emprego de dois atendentes de telemarketing contratados por bancos por meio de empresas terceirizadas. As instituições financeiras foram obrigadas a equiparar remuneração e benefícios aos dos bancários. Um ponto que deve ser levado em consideração nesses julgamentos é que, para os ministros da 3ª Turma, as novas regras da reforma trabalhista não podem ser aplicadas a contratos de trabalho encerrados antes da nova lei. Página E1

Triunfo vai devolver rodovia

Daniel Rittner
De Brasília

A Triunfo Participações e Investimentos (TPI) pretende devolver ao governo a concessão da Concebra, corredor rodoviário de 1.176 km que engloba BR-060/153/242, no eixo Brasília-Goiânia-Betim. "Não resta outro caminho", admite o presidente da TPI, Carlo Alberto Bottarelli. "Quem investe em infraestrutura no Brasil de hoje é herói", reclama. Controladora junto com a UFG do aeroporto de Viracopos (SP), que entrou em recuperação judicial na semana passada, a Triunfo enfrenta problemas regulatórios em uma série de ativos. Página B1

Levar dinheiro em espécie à Rússia não é boa opção

nheiro em espécie nas viagens, o que não é uma boa opção no caso da Rússia.

Opção melhor é o uso de cartões pré-pagos. A pedido do Valor, o professor Michael Viriato, do Insper, calculou que se o cliente abastecer um cartão pré-pago de um grande banco com R\$ 1.000, esse valor se converterá em 212,66 euros e 14.961 rublos, livres de impostos. Levando dinheiro, o valor obtido seria de 13.348 rublos. Página C4

Finanças

Finanças pessoais Desde início do ano, tema passou a compor conteúdo de disciplinas em todo o Brasil

Educação financeira entra em nova fase no currículo escolar

Adriana Cotias
De São Paulo

No alto dos seus 15 anos, Maria Luiza da Costa Tavalari, apresenta o orçamento familiar aos colegas de classe. Parte de uma renda fictícia de R\$ 25 mil, conforme proposto no exercício, para listar despesas da casa, como conta de luz, água, impostos e alimentação, bem como os gastos com transporte, saúde e mensalidade escolar.

"Eu achava que água e luz fossem mais caras e o que me impressionou foi o [custo do] IPTA e do seguro saúde, pois meus pais também ajudam meus avós", comenta. Questionada sobre que despesas sugeriria cortar numa situação de aperto, ela cita concertos, teatros ou as idas ao cinema, sem pestanejar. "Se não sobra dinheiro, tem que tirar o que não é essencial. Eu posso não ir ao cinema e assistir aos filmes que têm no Netflix."

Ter uma visão ampla dos hábitos de consumo é importante para ajudar a família em momentos mais difíceis, diz a colega de classe Marcela Correa Maldonado. "Assim, podemos fazer melhor quando estivermos mais velhos." Já Luiz Eduardo Sampaio Góes Costa, de 15 anos, conta que sua consciência financeira vem do incentivo que vem de casa de não fazer gastos exagerados, saber que cada coisa tem um preço e que "se você sempre estiver no limite, quando precisar para uma emergência não vai ter o dinheiro", diz. Com a mesada que recebe há cinco anos, ele sabe desde cedo que se quiser comprar um jogo eletrônico, por exemplo, vai ter que poupar antes de comprar o almejado "game".

Tais reflexões ocorrem após os alunos participarem de mais uma aula de "Economics" do professor Raymond Pike, no Colégio Franciscano Pio XII, localizado no bairro do Morumbi, zona sul de São Paulo. A disciplina, toda em inglês, faz parte da programação para alunos do "High School", num convênio com a Universidade do Missouri, em Columbia (EUA). Após o ciclo de três anos, os alunos recebem dois certificados, conta a coordenadora Heloisa Parciasepe. Em Economics, os princípios de educação financeira, já contemplados no ensino fundamental para alunos do sexto ao oitavo ano, recebem uma nova abordagem.

Na aula acompanhada pela reportagem, Pike parte das contas públicas dos Estados Unidos e da definição de bens públicos e pri-

vados para depois fazer relações com o orçamento doméstico. Quantifica os gastos federais do governo americano para falar de política fiscal, impostos e do peso da seguridade social e da saúde no bolo. E como o país mais gasta do que arrecada, o conceito de endividamento com emissão de títulos, pagando juros aos investidores como contrapartida, também compõe o tema do dia, em comparações com a realidade brasileira. "No começo, eles achavam que isso tudo não tinha a ver com a vida deles, mas aos poucos entendem que uma hora vão começar a pagar impostos e vai ter impacto", diz o professor.

É um conteúdo complexo para pessoas tão jovens, mas é assim que se constrói o repertório do dinheiro. "Quando se olha as melhores práticas lá fora, a literatura sugere que as primeiras idades são fundamentais para preparar o cidadão do ponto de vista da educação financeira", diz Fábio Henrique de Sousa Coelho, diretor-superintendente da Previc e atual presidente do Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef).

Desde o início do calendário escolar deste ano, as instituições de ensino brasileiras começaram a se adequar à nova diretriz da Base Nacional Curricular (BNCC), que classificou a educação financeira como habilidade prioritária para crianças e jovens dos ciclos médio e fundamental. Pelas dimensões continentais do país, Coelho diz que vai levar algum tempo para que a iniciativa esteja amplamente disseminada, mas entende que esse não deixa de ser um marco.

Das iniciativas reportadas ao mapeamento da AEF Brasil, 78% estão em escolas públicas

Passados oito anos que a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) foi definida — como parte da rede internacional supervisionada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) —, o piloto feito com o Banco Mundial envolvendo 25 mil alunos de mais de 800 escolas em cinco estados e mais o Distrito Federal agora vai medir o impacto das ações de educação financeira nas escolas públicas de todo o país. Conforme a segunda edição do

mapeamento feito pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), entre as iniciativas reportadas em escolas, 78% estão em instituições públicas, com o conteúdo incluído de forma transversal, ou seja, em mais de uma disciplina, na grade Matemática (82%), língua portuguesa (49%), história (42%) e geografia (40%) que lideram a abordagem. Realizada pela Plano CDE entre fevereiro e março, uma base de 323 escolas, secretarias e professores responderam à pesquisa. Em 80% dos casos, o conteúdo é efetivo para mais da metade dos alunos. Uma fatia de 56% conta com apoio das secretarias de educação estaduais, mas essa estatística é inflada pelo Tocantins, que responde por 69% das iniciativas. Em contrapartida, no Rio Grande do Sul não há nenhum suporte do Estado ou das secretarias municipais às ações de educação financeira reportadas.

O Tocantins fez parte do projeto piloto. Lá houve o envolvimento da secretaria do Estado que se mostrou presente no desenho pedagógico e fez investimentos em material didático, puxando a estatística da região Norte para cima, diz Claudia Forte, superintendente da AEF-Brasil. "Onde a semente foi plantada, ela frutificou. O Tocantins é o Estado que tem o ensino de educação financeira universalizado, em todas as escolas públicas."

Conforme relata, não é incomum encontrar certa resistência para o tema, pois alguns entes consideram haver questões mais urgentes para encaminhar, como deficiências de infraestrutura em instituições de ensino do Amazonas, onde faltam até banheiros, ou a violência sexual em algumas cidades do Pará. E com muitos professores da rede pública mal remunerados e endividados, eles também não se sentem capazes de ser os porta-vozes do assunto.

Um dado que chama a atenção na pesquisa é que, no conjunto das unidades da federação, só 30% dos professores que já tratam da educação financeira em classe tiveram alguma capacitação. O tema está, porém, presente em 77% das reuniões de planejamento das escolas. "Os canais de formação gratuita não estão chegando aos educadores, há muito profissional sem educação formal, atuando só na boa vontade", diz Claudia.

Desenvolvida em parceria com a TV Escola, a plataforma de educa-



Pike, professor de "Economics", do Colégio Pio XII: noções de contas públicas antes de chegar ao orçamento familiar

Jogos apoiam estratégias nas escolas

De São Paulo

"Escolha um dos produtos selecionados e pague agora", ou "guarde esta carta e ganhe AS 3 [três américas] no fim do jogo". É durante um piquenique num tabuleiro colorido que pequenos consumidores, entre 6 e 10 anos, têm que decidir o que comprar para levar ao passeio. Entre as opções estão guloseimas como bolachas recheadas, pastel, refrigerante ou banana, mais barata do que o chocolate. Vence quem tiver a maior sobra de dinheiro no bolso ao término das jogadas.

Já nas cartas de baralho do "Bons Negócios", a brincadeira envolve estratégias para multiplicar o capital por meio da compra e venda de bens, em disputas de crianças de 10 a 14 anos. O item mais caro é o videogame e quem se apegar ao produto dos sonhos de muitos meninos e meninas, fatalmente chegará ao fim do jogo com um valor menor no bolso e não vai sair vencedor.

Essas atividades, desenvolvidas pelo Bank of America Merrill Lynch, com apoio de profissionais da área de ensino e especialistas em técnicas de jogos, fizeram parte de um piloto iniciado em meados de 2017 em 90 escolas dos municípios de Pindoretama, Beberibe e Cascavel, na região metropolitana de Fortaleza. O projeto, implementado pela United Way e o Instituto Brasil Solidário, beneficia cerca de 20 mil crianças e agora chega a 19 escolas da rede pública de ensino em São Paulo.

Os resultados do monitoramento respaldam o teste em novas localidades, podendo depois ser escalado para outras regiões do país ou mesmo da América Latina, diz Thiago Fernandes, responsável pela área social e de governança do banco na América Latina. No ano que vem, por exemplo, a ideia é levar a iniciativa para Santiago, no Chile. Na experiência no Ceará, as escolas foram separadas em três gru-

pos: um de controle, que não recebeu o projeto, outro que teve acesso a jogos de educação financeira, e um terceiro que combinou tabuleiros e baralhos com a formação dos educadores. Uma proporção de 77% das escolas que receberam os jogos, ou os jogos casados com treinamento melhoraram o seu índice de educação financeira.

A percepção do presidente do Instituto Brasil Solidário, Luis Salvatore, é que os resultados extrapolaram a proposta inicial, com temas como a diversidade e origem histórica e regional dos alimentos levados para a aula de geografia. Ou a relação de compra e venda, margem de lucro e promoções tratados num encontro com familiares. "Era grande a expectativa de como um jogo físico seria recebido pelas novas gerações, muitos nunca tinham visto um tabuleiro, não conheciam o hábito de jogar e quem conhecia trocou o mundo virtual", diz. "O olho no olho ajudou a estabelecer as bases de negociação, de compreensão e também auxiliou no desenvolvimento de habilidades de diálogos e cooperação."

Para se valer do apelo lúdico e aproveitar a afinidade das crianças com a tecnologia, na Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) serão os jogos digitais que vão ser o coração, diz a superintendente da AEF-Brasil, Claudia Forte. Cinco mini games vão trabalhar temas como consumo, sustentabilidade, planejamento financeiro, crédito e inflação. A criança poderá criar seu avatar e será desafiada a vencer diversas fases. "É a aposta para atrair o aluno, falar a linguagem dele", diz. Conforme exemplifica, o estudante terá que resolver dilemas como se inscrever num intercâmbio ou dividir despesas numa república para estudar numa universidade.

Após o lançamento da versão demo nesta semana, o game será testado com jogadores experientes, chegando às salas de aula numa segunda etapa. (AC)

Devo manter parte de herança aplicada em ações?

Consultório financeiro



Recebi uma herança de R\$ 500 mil que está 50% aplicada em ações. Devo manter esse investimento?
Roberto C. Agi, CFP, responde:
A melhor resposta para essa pergunta é: depende. O primeiro ponto é saber qual o destino que imagina para esses recursos. Comprar um apartamento? Fazer uma viagem? Guardar para a aposentadoria?

Antes de mais nada, vale uma rápida reflexão do que significa investir em ações. Muito relacionado a risco alto, o ato de investir em ações significa comprar uma participação em uma empresa e dela se espera receber dividendos ou obter uma valorização no valor pago por ação. O alto risco remete às grandes variações nos preços, tanto para cima quanto para baixo, em um curto espaço de tempo.

Essas variações refletem as mudanças de expectativas dos investidores em relação ao preço justo dessa empresa e à capacidade futura de geração de lucro. Como há uma enormidade de eventos que podem influenciar a geração futura de lucro como eleições, cenário externo, taxas de juros, entre outros, a cada instante essa previsão de resultados é recalculada pelo mercado, impactando diretamente o preço das ações.

Voltando a sua pergunta, gosto de dividir o patrimônio em diferentes caixas, cada qual com sua característica de liquidez e risco. Além de uma reserva para emergências, outra caixa seria para seus projetos pessoais (compra de apartamento, ano sabático, etc.) e uma caixa de aposentadoria ou longevidade, já que o termo aposentadoria está cada vez mais em desuso — de qualquer forma é de onde virá o complemento ou substituição da sua renda no futuro.

Vamos supor que essa herança seja seu único patrimônio financeiro, você decida manter uma reserva de aproximadamente R\$ 50 mil (varia de acordo com suas despesas, empregabilidade, etc.) e que pretenda utilizar parte desses recursos para dar uma entrada de R\$ 200 mil em um apartamento daqui a um ano. Do total de R\$ 500 mil, o que sobra para a

"aposentadoria" são R\$ 250 mil — se considerarmos que a posição atual em ações é exatamente R\$ 250 mil, 100% dessa caixa estaria alocada em renda variável.

Não parece razoável, independentemente de sua idade e tolerância a risco e aqui, cabe uma separação entre capacidade de tomar risco e a própria tolerância a risco. A capacidade de tomar risco significa quanto seria razoável alocar da sua carteira em ativos mais voláteis. Se pretende utilizar todos os recursos em um ano, sua capacidade de tomar riscos não é alta.

Já a tolerância a risco tenta dimensionar quanto seu estômago está preparado para as subidas e descidas do mercado — fazendo uma simulação de uma carteira com 50% em renda fixa (100% do CDI) e 50% em bolsa, nos últimos três anos, essa carteira

teria entregue um retorno de aproximadamente 47,5% bruto, enquanto a renda fixa tradicional rendeu 40% bruto no mesmo período. O melhor mês dessa carteira foi uma alta de 8,07% (mais do que um ano de CDI hoje), já o pior mês foi uma queda de 4,13%.

Como você se comportaria diante de uma queda como essa? Claro que a decisão de alocação de sua carteira deve considerar o que vislumbramos daqui para frente, mas olhar para o comportamento histórico é sempre um bom exercício. Resumindo, antes de decidir se mantém ou desmonta a posição em ações, sugiro avaliar sua situação atual, seus desejos e ambições futuras e como gostaria de ver seu patrimônio evoluir em termos de risco e retorno (quanto mais retorno buscar, mais risco deve se dispor a correr).

Depois disso, o trabalho será

olhar para os ativos que tem na carteira e se perguntar se as ações estão bem diversificadas, se faz sentido alocar apenas em ações brasileiras ou vale olhar para o exterior, se estão no melhor veículo olhando a questão tributária, etc. Acho que é isso, espero que tenha ajudado.

Roberto C. Agi é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planjar - Associação Brasileira de Planejadores Financeiros. E-mail: roberto.agi@outlook.com

As respostas refletem as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico ou da Planjar. O jornal e a Planjar não se responsabilizam pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações. Perguntas devem ser encaminhadas para: **consultorio@planjar.org.br**